

**NO TITUBEAR DA METÁFORA:
A NOVA ESCRITURA DA REALIDADE NA FILOSOFIA¹**

Rüdiger Zill

Tradução: Ina Emmel

Consultoria técnica: Roberta Pires de Oliveira²

NOTA INTRODUTÓRIA

Faz quase um ano que pedi à mestranda Ina Emmel a tradução deste pequeno artigo de Rüdiger Zill. Meu pedido se sustentava no meu próprio interesse pelo tema da metáfora e pela indicação do prof. Klaus Ebert de que se tratava de um artigo curto, mas preciso ("righth to the point"). De fato, ambos os predicados se aplicam ao texto de Zill: de forma breve ele refaz com bastante precisão um percurso de reflexão sobre a metáfora na filosofia anglo-saxônica: de Max Black e Donald Davidson a Richard Rorty. E, o que me parece mais importante, refaz este percurso de forma instigante. Grosso modo, o autor mostra como a metáfora, antes fenômeno relegado a segundo plano, pensada como um ornamento ao texto, sem valor cognitivo, porque a semelhança apresentada pré-existia, passa a ser central na construção de formas de organizar, de construir, realidades. O ponto culminante deste processo é Richard Rorty.

Na verdade muitas das afirmações de Zill merecem ser "pontuadas", porque do modo como são apresentadas são bastante cruas, e criticadas, sua leitura de Rorty não é consensual. Apenas a título de exemplo, citemos o caso

de Donald Davidson. É certo que Davidson afirma que a metáfora não “tem sentido”, mas para entender esta afirmação é preciso saber que o autor busca construir uma teoria do sentido segundo os moldes de Tarski. A metáfora nova não tem sentido porque o sentido dos termos que a compõem não se alteram, o que não significa que ela não seja cognitiva. Ao contrário, Davidson afirma que não há conhecimento sem “ver como”, sem a metáfora. Basta considerar um exemplo para vermos que Davidson tem razão sobre a metáfora não ter um sentido metafórico, é este o ponto central. Vejamos:

(1) Minhocas arejam a terra; poetas, a linguagem. (Manuel de Barros)

O poeta Manuel de Barros constrói aí uma analogia entre minhocas e poetas. Será que o sentido de ‘arejar’ se modifica quando usado para descrever a relação dos poetas com a linguagem? Parece que não. Note que Davidson está descrevendo metáforas novas, as metáforas fossilizadas, aquelas que já fazem parte do nosso conhecimento semântico, têm sentido e fazem parte de nosso conhecimento semântico.

O fato de que as afirmações de Zill são instigantes, quer porque merecem ser melhor descritas, quer porque são controversas, é antes uma qualidade deste texto. Zill, ao explicitar o percurso da reflexão sobre a metáfora, faz um texto introdutório, mas, ao mesmo tempo, um texto denso, que, nas entrelinhas, mostra sua própria visão sobre a metáfora e deixa claro o debate acalorado sobre a metáfora. Estas são razões suficientes para publicá-lo, ainda mais que a bibliografia em português sobre a metáfora é ainda tão pobre. Deste modo esta tradução permite que o leitor brasileiro tome contato com esta discussão tão contemporânea. Esperamos, pois, que o texto sirva de alavanca para maiores debates sobre a metáfora.

Roberta Pires de Oliveira

Florianópolis, 26 de agosto de 1998.

Em 1978, o crítico literário americano Wayne C. Boot brincava: “Discussões explícitas de algo denominado metáfora multiplicaram-se astronômicamente nos últimos 50 anos...Na verdade, não as contei efetivamente pelo simples prazer da argumentação aqui, mas as bibliografias demonstram que em 1977, por exemplo, surgiram mais títulos a respeito da metáfora do que o número total de publicações de todas as ciências humanas no ano de 1940. Mesmo sem as ter contado, disponho-me a cobrir qualquer aposta de que em breve, sem qualquer sombra de dúvidas, teremos mais “metaforistas” do que “metafísicos” - ou seriam “metataxidermistas”³, estes embalsamadores de metáforas mortas? Na verdade, os cálculos de minha calculadora dizem que até o ano 2039 haverá mais estudiosos da metáfora do que gente.”

O crescimento exponencial do interesse pela metáfora nas últimas décadas resultou numa quantidade incalculável de trabalhos e monografias sobre o tema. Este “boom” inesperado não é um fenômeno que afeta somente a retórica ou a teoria literária, ele também se faz visível na pesquisa filosófica. Em todas as suas ramificações encontramos a metáfora, e não apenas secundariamente, mas, com frequência, trata-se do conceito chave do próprio princípio teórico. Assim sendo, esse conceito não aparece apenas na Semântica (Max Black, Donald Davidson) e na História de Conceitos (Hans Blumenberg), na Estética (Nelson Goodman, Arthur C. Dante), na Hermenêutica (Paul Ricoeur) e na Teoria da História (Hayden White), mas também na Filosofia da Ciência (Mary Hesse) e, através dela, na Filosofia Social e na Ética (Richard Rorty). Outros autores e também outras disciplinas poderiam ser facilmente acrescentados.

A metáfora só pôde se tornar um conceito chave através de uma revalorização fundamental, que abalou uma certeza que remonta à Antiguidade. Há dois e meio milênios atrás, a questão

era absolutamente clara: metáforas são figuras de linguagem, nas quais uma palavra é substituída por uma outra palavra, que está ligada à primeira por intermédio de uma semelhança. *Aquiles é um leão*. Os dois se igualam, pois ambos são corajosos. Mas as metáforas pertencem à Retórica e à Poética; na Filosofia, elas não podem meter o nariz, pois “não se pode provar uma dedução a partir de uma fala figurada” (Tomás de Aquino). Na filosofia “são necessárias sempre razões e não comparações” (Dennis Diderot), portanto conceitos claros e distintos, axiomas evidentes nos quais um sistema estável de conhecimentos seguros pode se fundamentar. As figuras de expressão com toda a sua franqueza e vaguidade são incapazes de provê-lo, pior ainda, elas induzem ao erro o pensar claro.

Deixando de lado algumas exceções, esta opinião vale, sem dúvida, até o nosso século. As metáforas possuem um caráter puramente ornamental. Talvez se lhes possa conceder a tarefa pedagógica, nesse caso equiparando-as à fábula, de transmitir superficialmente e de modo simplificador um conhecimento que vem de outro lugar. Que elas tenham uma função fundamentalmente cognitiva revela-se pela primeira vez em Nietzsche (abstraindo-se as revalorizações que aparecem em Vico e Rousseau): “O que é portanto a verdade? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias”⁴.

Aqui, pela primeira vez, percebe-se que a ocorrência da metáfora se baseia em uma crise do conceito de verdade. O mundo não pode, portanto, ser conceitualmente representado de forma não ambígua. Sua representação é inevitavelmente cunhada pelos meios da representação.

Um dos pioneiros a seguir mais a fundo este pensamento relacionado à metáfora foi Stephen C. Pepper. Sua argumentação se faz em três etapas. Na primeira, ele rejeita toda forma de dogmatismo, pois todos os critérios, sobre os quais se tentava fundamentar sistemas metafísicos, teriam se mostrado auto-contraditórios, insuficientes e por fim desnecessários. Por causa disso, na segunda etapa, o único método não-dogmático é aquele que parte de hipóteses que podem ser testadas com respeito à sua verificabilidade interna e ao alcance de sua força explicativa. Essas hipóteses, como terceira etapa, baseiam-se sempre em figuras de linguagem, as assim chamadas metáforas raízes, que são desenvolvidas pouco a pouco. Se elas são figuras produtivas, delas derivam imagens completas de mundo, tais como o mecanicismo, o idealismo ou o contextualismo. Nenhum destes sistemas pode refutar de forma cabal a harmonia e a abrangência de outro sistema, já que cada imagem de mundo gera também os seus próprios critérios de verificação. Mas como todas as hipóteses sobre o mundo também contêm contradições, nenhuma delas pode suplantar suas concorrentes; todas existem lado a lado com uma certa razão. Pepper confessa que sua terceira etapa tem a segunda como pressuposto imprescindível, e esta tem por sua vez a primeira, mas que ao contrário, a primeira não acarretaria a segunda e nem tampouco a segunda acarretaria a terceira. Cada emprego de metáforas raízes seria, assim, uma hipótese; mas nem todo método hipotético precisa se apresentar sob a forma de uma metáfora; somente no caso de não lhe ocorrer uma outra variante, confessa Pepper.

Ao mesmo tempo em que há essa revalorização da metáfora, também o seu princípio funcional sujeitou-se a uma nova análise, pois na compreensão tradicional dessa figura como comparação condensada, a semelhança entre as situações já era conhecida de antemão. Designar Aquiles de leão pode, portanto, ter somente valor

ornamental, mas nenhum valor cognitivo. Aqui veio se juntar, pois, a assim chamada “teoria da interação” de Max Black. Segundo Black, a analogia entre os dois conceitos que aparecem na metáfora não é pressuposta, mas se constrói aí (na própria interpretação da metáfora). No momento em que um conceito atua como um filtro pelo qual se observa outros, este aparece com outra nuance. Na formulação *O homem é um lobo* algumas propriedades, que normalmente se associam a lobos, são projetadas sobre o homem e com isso alguns de seus atributos são reprimidos, enquanto outros são destacados.

Já o próprio Max Black e, seguindo-o, a historiadora da ciência, Mary Hesse, apontaram para o estreito parentesco da metáfora com o modelo científico. Em ambos uma estrutura por nós bem conhecida é transportada para um campo de conhecimento estranho e pouco explorado. Os fenômenos conhecidos do novo campo são observados intuitivamente pelas lentes da teoria transposta, que já é bem conhecida, e o campo novo, ainda não explorado, é tentativamente cartografado. Para Mary Hesse, cada teoria inovadora é apenas uma “nova descrição metafórica” do material factual, que então se confirma ou não na pesquisa prática.

A semelhança não pressuposta de antemão, mas, por razões heurísticas, é subordinada ou, melhor dizendo, constituída, caso se parta do fato de que cada teoria é um acesso perspectivo necessário em direção à realidade. Agora, o próprio conceito de semelhança, mesmo nessa forma “enfraquecida”, já se tornou explicitamente impopular faz um bom tempo. Ele lembra demais seus irmãos terminológicos “mímeses” e “imitação”, cujo espírito ainda parece estar completamente ligado ao século passado.

Em função disso tentou-se, através de uma espécie de discurso suplementar, libertar totalmente a metáfora de elementos analógicos. Assim, por exemplo, ela é definida por Harold Weinrich,

de maneira bem geral, como “predicação contraditória”. E Nelson Goodman a chama de “falha categorial calculada”. Infelizmente, com isso não deixa de existir apenas qualquer diferenciação com relação a outras figuras de linguagem, como também fica totalmente em aberto por intermédio de qual procedimento nós atribuímos sentido àquelas combinações de palavras à primeira vista sem sentido, ou seja, como explicar uma não rara, extraordinariamente produtiva, significação nova.

A “ultima ratio” desse discurso suplementar é apresentada por Richard Rorty quando, seguindo Donald Davidson, ele afirma que numa metáfora uma nova significação não é nem sequer gerada. Embora assuma a formulação de Mary Hesse sobre a “nova descrição metafórica da realidade”, ele afirma que isso não seria um processo cognitivo. Deve-se antes imaginar que o efeito dessa figura de linguagem é causal, comparável a leves pancadas na cabeça, que, por sua vez, às vezes também podem disparar novas idéias e conhecimentos. “Perguntar como as metáforas funcionam seria como perguntar como funciona o gênio. Se nós o soubéssemos, o gênio seria supérfluo. Se soubéssemos como as metáforas funcionam, elas seriam como as ilusões do mágico: mais uma questão de entretenimento do que (como afirma Hesse corretamente) instrumentos indispensáveis para o progresso moral e intelectual.”

O que acontece com as metáforas em particular, também ocorre, para Rorty, com a observação do mundo em geral, cuja história normalmente é tomada como uma conseqüência de novas descrições metafóricas da realidade “lá fora”. Como esses vocabulários sempre novos são constituídos é, em última instância, uma questão do acaso. Porque eles se impõem é uma questão de hábito. Cada teoria é, pois, uma ferramenta que se afirma ou não se afirma. E a sua afirmação é resultado da concorrência entre tais redescrições metafóricas que os filósofos propõem continuamente,

até o momento em que uma delas é aceita e incorporada pelas gerações subseqüentes.

Na fuga do buraco negro da metafísica teleológica, a teoria de metáfora de Rorty, sem querer, foi parar no murmurar branco da contingência universal: os tons cinzentos se lhe perderam. O conceito "metáfora" perdeu com isso toda força de diferenciação e se tornou um emblema para qualquer forma nova de visão do mundo. Em Rorty, a verdade não é encontrada por acaso, é antes constituída por metáforas. De fato, a metáfora ficou cega, "perdeu o fio", pois o próprio Rorty não leva a sério a metáfora da metáfora como instrumento.

Ninguém esperaria que houvesse apenas um caminho possível para certas formas de ver (e produzir) o mundo. No entanto, há alguns instrumentos que servem a seu propósito melhor que outros, especialmente porque eles são a interação materializada entre os planos que eles devem realizar e os materiais que lhes imprimiram suas marcas. Estes instrumentos ajudaram a ganhar experiência e são, portanto, muito adequados para um processo de reflexão. Mesmo que explicações desse tipo não possam reivindicar validade universal, elas são, sem sombra de dúvidas, partes indispensáveis de uma teoria. Rorty confunde a exigência política quando afirma que uma pluralidade de teorias deve competir entre si, com a exigência filosófica de que cada uma das teorias na competição de vocabulários não deve ser apenas persuasiva em sua argumentação, mas também deve oferecer necessariamente uma explicação para o fato de ser a única correta e para a inadequação das outras teorias.

NOTAS

1Zill, Rüdiger (1997) Im Taumel der Metapher. Die Neubeschreibung der Wirklichkeit in der Philosophie.

2Agradecemos ao Prof. Klaus Ebert pelo envio deste artigo e por sua ajuda com relação a alguns pontos da tradução. A Katja Sangenberg agradecemos a tradução do último parágrafo para o inglês.

3 Crédito o termo 'metataxidermista' a Marisis Aranha Camargo que traduziu para o português o texto de Booth. Ver Booth, W.C. A metáfora como retórica: o problema da avaliação. In: Sacks, S. (1992), *Da Metáfora*. São Paulo: Educ/Pontes.

4 *Sobre Verdade e Mentira no sentido Extra-moral*. Coleção Os Pensadores. 1987. p.34. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho.